na formação de redes de saberes e fazeres:2006, 392F.tese(Doutorando em educação) Faculdade de educação, Universidade de São Paulo, São

Paulo2006Disponivel em:<http//www.idbrasil.gov.br/docs-prog-gesac/artigos-entrevistas>acesso em :17 de maio de 2021

BESKOW, Cristina Alves, Inclusão Digital na Escola Pública: Relacionando tecnologia educação, Disponível em:https://www.google.com/search?q=inclusaoadgital+na+escola+publica%3Ar elacionando+tecnologia+e+educa%C3%A7ao- beskow&oq=&aqs=chrome.2.69i59i450l3.627683723j0j7&sourceid=chrome&ie= UTF-.acesso em 18 de maio de 2021.

BEHAR, Patrícia Alejandra.O ensino Remoto Emergencial e a Educação a distância. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020.Disponivel em:https://www.ufrgs.br.br/coronavírus/bas/artgo-o-ensino-remoto-emergencial- e--a-educacao-a-distancia/acesso em 20 de mai. de 2021

CASTELL, Manuel (2010), Sociedade em Rede, São Paulo. Paz e Terra. 1999.V1, PXII.

CETIC. Pesquisa Sobre o Uso Das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios brasileiros-TIC Domicílios. São Paulo, 2019.Disponivel em:

http:data.cetic.br/cetic/explore.Acesso em 21 de Mai de 2021

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2019:educação. Rio de Janeiro. 2020.Disponivel em:https://www.ibge.gov.br/estatísticas/sociais/educação/9221--sintese-de- indicadores-sociais.html?edicao=25875&T=DOUWNLOADS. Acessado em 23

de Mai 2021

MENDES. Instituto Rodrigo. Protocolos Sobre Educação Inclusiva Durante a Pandemia Da Covid-19:Um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais. 2020

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Exclusão Digital: A miséria da informação, São Paulo: Fundação Perseu Abramo,2001.

PRENSKY, Marc. Nativos Digitais, Imigrantes Digitais. De On The Horizon (NCB University Press, VOL.9 No.5, outubro, 2010.

Disponível em:http://www.Colegiongeracao.com.br/novageração/2intencoes/nativos.pdf.Ac esso em 19 de maio de 2021

WAGNER, Flavio R, Habilidade e inclusão digital: o papel das escolas In :CGI (comitê gestor da internet no Brasil). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação, 2009.Disponivel em

<http:www.cgi.br/publicações/artigos/artigo64.htm>Acesso em18 de maio de 2021.

EDUCAÇÃO FÍSICA: EM TEMPOS DE PANDEMIA

MARCELA VIEIRA DA COSTA

RESUMO

A disciplina de Educação Física traz resquícios conteudistas do que fora no século passado, aqui no Brasil. As mudanças que a sociedade brasileira passou nas últimas décadas, e em especial durante a Pandemia ocorrida no mundo em 2020, influenciaram não só a educação como um todo, mas também, o contexto da Educação Física, fazendo com que a disciplina questionasse o seu papel enquanto parte da sociedade do conhecimento. No atual momento, a Educação Física tem se encontrado em um cenário turbulento no que tange à educação, uma vez que a disciplina que preza o movimento, tem procurado alternativas para ministrar seus conteúdos de forma online. Ainda, o currículo da disciplina foi reconsiderado baseado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), causando inúmeras transformações no sistema educacional. Assim, o presente

artigo procura situar a Educação Física dentro do cenário atual pelo qual o mundo está passando. Assim, o presente artigo trata do ensino de Educação Física em tempos de pandemia, percorrendo o histórico da disciplina, a partir de revisão bibliográfica a respeito do assunto. Os resultados encontrados demonstram que apesar do esforço docente, a muito que ser melhorado quando se trata do ensino online.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Base Nacional Comum Curricular; Ensino a Distância.

1 **INTRODUÇÃO**

A Educação Física é uma das áreas que mais possibilitam a interação entre os indivíduos, permitindo que estes dominem e aprimorem novos esportes e habilidades psicomotoras. No caso da área da Educação, a disciplina auxilia na prática de atividades físicas, promovendo a capacidade física, a consciência democrática, a compreensão da realidade, a humanização e a diversidade, pois nesta etapa educacional a disciplina deve ser vista como meio de informação e formação para as gerações (ZUNINO, 2008).

Nesse caso, o exercício físico é essencial para manter, melhorar a saúde e prevenir doenças, sendo adequada para todas as idades. A atividade física ajuda a prolongar e melhorar a qualidade de vida dos aspectos físicos, psicológicos e sociais (PIZARRO, 2011).

É importante notar que muitas crianças têm contato pela primeira vez na escola, com atividades físicas planejadas, por isso é importante promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos campos cognitivo, motor e auditivo. Essas ações planejadas fazem as crianças envolvidas compreenderem e não apenas a adaptar suas competências no ambiente escolar, mas também a todos os outros a que tenha acesso.

Por isso, pode-se concluir que a Educação Física tornou-se um fator importante na matriz curricular, devido a sua contribuição irrefutável no fortalecimento e melhoria da saúde física e mental: “propiciando o desenvolvimento de habilidades úteis à vida, criando hábitos culturais de higiene” (RODRIGUES, 2013, s/p.)

Ainda, a disciplina se mostra de suma relevância nesta primeira etapa educacional, uma vez que tal prática tende a propiciar aos educandos envolvidos no processo a possibilidade de desenvolver e aprimorar habilidades corporais, bem como auxiliá-lo na interação social e como o meio que os cercam, uma vez que o desenvolvimento humano é mais ágil quando há interação social.

Assim, o presente artigo discute as contribuições da Educação Física para o desenvolvimento dos estudantes, em particular os da Educação Infantil, destacando o trabalho docente em tempos de isolamento social.

2. **DESENVOLVIMENTO**

LEGISLAÇÃO E DIRETRIZES PARA AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física começou a ganhar destaque no plano educacional a partir da promulgação de lei ordinária que passou a integrar a proposta pedagógica escolar, passando desde então a fazer parte do currículo, ajustando as atividades de acordo com os grupos de diferentes idades e condições socioeconômicas da comunidade escolar (OLIVEIRA, 2011).

Assim:

As novas atribuições da unidade escolar presentes no texto da LDB abrem caminho para a construção de uma escola mais democrática para os alunos e para os professores. Mas há muito a ser construído nessa direção, incorporando práticas que favoreçam a permanência na escola, a solidariedade, a igualdade (BRASIL, 2003, s/p.).

O documento orientador discute que os alunos da Educação Básica devem participar das aulas de Educação Física, não importando sua cor da pele, raça, etnia ou classe social, pois o esporte aproxima as pessoas, além de contribuir para formar cidadãos críticos e reflexivos.

No ano de 2001, houve uma alteração no Parágrafo 3º do Artigo 26 da Lei n° 10.793/2003, passando a atribuir o termo "obrigatório" para o ensino de Educação Física dentro do currículo da Educação Básica, sofrendo nova alteração dois anos depois, no que tange a facultatividade às aulas de Educação Física (BRASIL, 2003a).

A partir dos Parametros Curriculares Nacionais (PCN's), houve a inclusão e a obrigatoriedade da abordagem temática horizontal, como ética, meio ambiente e saúde, trazendo a Educação Física, por seus efeitos, a integração dessas novas áreas de conhecimento extracurricular, onde os alunos não só precisam adquirir habilidades no campo da educação, mas atambém no campo social (BRASIL, 1997)

O tema horizontal inserido no currículo da Educação Básica é extremamente relevante para o desenvolvimento pessoal, pois esses conteúdos se conversam em todas as outras áreas, relacionando-se não só ao desenvolvimento dos aspectos cognitivos, mas também da formação do ser humano como um todo.

Por isso, as aulas de Educação Física fornecem tanto a integração, quanto a articulação de conhecimentos. Por sua natureza irrefutável, é responsável pela inserção interdisciplinar, ensinando e, ao mesmo tempo, apoiando dinamicamente, contribuindo para a formação de indivíduos críticos e reflexivos, sociais e humanos (BRASIL, 1997).

A transversalidade na Educação Física merece destaque, pois cada tema mostra a sua importância no cenário caótico da qual a sociedade do conhecimento tem feito parte, ora como sujeito positivo, ora como negativo, devendo enquanto professores nos pautarmos nos valores e aspectos éticos, construindo a cultura de forma transversal enriquecendo assim o processo de ensino-aprendizagem (COSTA, 1999).

Por isso, a disciplina, contribui par a formação dos cidadãos, uma vez que embora exista um paradigma principal em relação a liberdade pessoal, ela é sacrificada por outros princípios, onde os cidadãos devem compreender a igualdade.

O sistema educacional deve ser diversificado. Nesse sentido, o PCN deve satisfazer as várias manifestações da Educação Física, incluindo o componente do currículo. Assim, o modelo de Educação Física contido nos PCNs (BRASIL, 1998) propõe como princípio básico a necessidade das aulas serem dirigidas a todos os alunos:

A sistematização dos objetivos, conteúdos, processos de ensino e aprendizagem e avaliação tem como meta a inclusão do aluno na cultura corporal de movimentos, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas. Busca-se reverter o quadro histórico de seleção entre indivíduos aptos e inaptos para as práticas corporais, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência (BRASIL, 1998, p.19).

Por isso, a disciplina de Educação Física, contribui para a diminuição das diferenças. De acordo com Betti e Zuliani (2002), por exemplo, de todos os fatores de exclusão, talvez o mais sério esteja relacionado à exclusão social. Na escola, percebemos que esse fator não está apenas relacionado à taxa de matrícula, mas também a outros fatores que contribuem para que o aluno se mantenha na escola.

Ou seja, é preciso ter um novo olhar para a disciplina, não sendo somente uma preocupação por parte do desenvolvimento de atividades físicas, mas também a construção de indivíduos sociais.

Assim, as aulas da disciplina foram

modificadas, não ficando limitadas àquelas pessoas que estudam no período noturno, mas que, independentemente do período de estudo, se enquadram nas seguintes condições: mulheres com prole, trabalhadores, militares e pessoas com mais de 30 anos (BRASIL, 2003).

O desenvolvimento de habilidades motoras, embora para alguns pesquisadores esteja relacionado à idade, não é restrito às demais porque as atividades que os professores de Educação Física desejam realizar não se limitam a faixa etária específica, mas sim em condições individuais e coletivas, visando a interação e o desenvolvimento de todos os participantes:

[...] embora o desenvolvimento motor seja relacionado com a idade, ele não é dependente da idade. Como resultado disso, as decisões do professor concernentes a o que ensinar, quando ensinar e como ensinar são baseadas primeiramente na adequação da atividade para o indivíduo, e não na adequação da atividade para um determinado grupo etário (GALLAHUE e DONNELY, 2001, s/p.).

Desenvolver habilidades motoras por meio da Educação Física não deve ser visto, portanto, como um processo estático, porque este não envolve apenas fatores biológicos, mas também abrange todas as condições, sendo indiscutível considerar os fatores físicos, biológicos e ambientais dos alunos, dando relevância para a aquisição e o desenvolvimento de dois tipos de atividades automotivas e aspectos básicos, como equilíbrio, movimento ou coordenação, e habilidades motoras perceptivas envolvendo lateralidade e orientação espaço-temporal (GALAHIO e DONELLY, 2001)

Assim, atividades planejadas e realizadas nas aulas de Educação Física beneficia habilidades motoras. Ainda, pode educar, aprimorar e melhorar o indivíduo por meio do esporte. Certas atividades devem fazer parte do planejamento devido à sua importância, pois, são essenciais para o desenvolvimento de habilidades (FERREIRA, 2011).

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E A EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física é um dos componentes do currículo que se enquadra na área de códigos e linguagens. A Base nacional comum curricular (BNCC) entende que a disciplina é responsável pelo desenvolvimento da prática de atividades físicas nas mais variadas formas de codificação e significado social. Ela oferece uma série de possibilidades para enriquecer a experiência de crianças, jovens e adultos durante a Educação Básica.

O desenvolvimento de habilidades motoras, embora para alguns pesquisadores esteja relacionado à idade, não é restrito às demais porque as atividades que os professores de Educação Física desejam realizar não se limitam a faixa etária específica, mas sim em condições individuais e coletivas, visando a interação e o desenvolvimento de todos os participantes:

[...] embora o desenvolvimento motor seja relacionado com a idade, ele não é dependente da idade. Como resultado disso, as decisões do professor concernentes a o que ensinar, quando ensinar e como ensinar são baseadas primeiramente na adequação da atividade para o indivíduo, e não na adequação da atividade para um determinado grupo etário (GALLAHUE e DONNELY, 2001, s/p.).

Desenvolver habilidades motoras por meio da Educação Física não deve ser visto, portanto, como um processo estático, porque este não envolve apenas fatores biológicos, mas também abrange todas as condições, sendo indiscutível considerar os fatores físicos, biológicos e ambientais dos alunos, dando relevância para a aquisição e o desenvolvimento de dois tipos de atividades automotivas e aspectos básicos, como equilíbrio, movimento ou coordenação, e habilidades motoras perceptivas envolvendo lateralidade e orientação espaço-temporal (GALAHIO e

DONELLY, 2001)

Assim, atividades planejadas e realizadas nas aulas de Educação Física beneficia habilidades motoras. Ainda, pode educar, aprimorar e melhorar o indivíduo por meio do esporte. Certas atividades devem fazer parte do planejamento devido à sua importância, pois, são essenciais para o desenvolvimento de habilidades (FERREIRA, 2011).

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E A EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física é um dos componentes do currículo que se enquadra na área de códigos e linguagens. A Base nacional comum curricular (BNCC) entende que a disciplina é responsável pelo desenvolvimento da prática de atividades físicas nas mais variadas formas de codificação e significado social. Ela oferece uma série de possibilidades para enriquecer a experiência de crianças, jovens e adultos durante a Educação Básica.

Esse universo inclui conhecimentos físicos, estéticos, emocionais e experiências de entretenimento, que estão relacionados e não se limitam à racionalidade típica do conhecimento científico que norteia as práticas pedagógicas escolares. Além da vivência efetiva da prática física, também possibilita ao aluno uma participação autônoma em situações de lazer e saúde.

A BNCC foi elaborada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCNEB, 2013) e do Plano Nacional de Educação (PNE), (BRASIL, 2014). Esse documento discute as competências, as habilidades e os conteúdos que todos os alunos devem ter durante a Educação Básica:

A BNCC sugere objetivos de aprendizagem que possibilitem a compreensão sócio histórica e política das manifestações da cultura corporal de movimento, visando o alcance de uma participação crítica, intensa e digna na esfera pública por todos os grupos que compõem a sociedade (SENA, 2016, p. 198).

Para Neira e Souza Junior (2016), a BNCC é uma ferramenta de aprendizagem, que trata do começo da democratização do ensino e das relações dentro da escola, sendo de extrema relevância a participação de todos os envolvidos no processo educacional.

Em defesa de uma base comum da Educação Básica, diversos pesquisadores argumentam que alguns conhecimentos básicos não deveriam ser negligenciados aos alunos: “transmitir a todas as crianças de um mesmo país um mínimo de saberes comuns, de referências e de valores comuns pode parecer politicamente indispensável, inclusive (e talvez sobretudo) numa democracia liberal” (FORQUIM apud BOSCATTO et al., 2016, p. 105).

Em relação à Educação Física, na BNCC, foi utilizado o conceito de “cultura corporal de movimento” defendendo a ideia de que um currículo mínimo ajudaria a organizar esse componente curricular ao definir conteúdos ou blocos de conteúdo a serem ensinados. Desta forma: “(...) a organização de um ‘programa mínimo’ para a Educação Física poderia pôr fim à ‘bagunça interna’ da disciplina, que ocorre pela falta de um programa de conteúdo definidos

numa hierarquia de complexidade e objetivos específicos para cada série de ensino” (KUNZ, 1994 apud BOSCATTO et al., 2016, p. 107).

Porém, a versão final da BNCC contém um foco mais cognitivo e instrumental, diferentemente do que está proposto na introdução da Educação Física na área de Códigos e Linguagens, o que muitos pesquisadores consideram como retrocesso, pois ocorre: “o esvaziamento crítico e democratizante para dar lugar a uma formação instrumental alinhada aos ditames do mercado” (NEIRA, 2017, p. 5).

Neira (2017), afirma ainda que para a Educação Física, não existe na versão homologada alguns dos preceitos presentes na segunda versão da BNCC:

Compreender e valorizar os diferentes sentidos e significados das brincadeiras e jogos populares do contexto comunitário e regional, da cultura indígena e da afro- brasileira (p. 248). Contribuir no enfrentamento de situações de injustiça e preconceito, geradas e/ ou presentes no contexto da prática esportiva, com ênfase nas problemáticas de gênero e na produção de alternativas democráticas para sua superação (p. 392). Enfrentar, com autonomia, situações de injustiça e preconceito geradas e/ou presentes no contexto da prática esportiva e produzir alternativas para sua superação, com especial atenção nas questões étnico-raciais e indígenas (BRASIL, 2016, p. 398).

Porém, na terceira versão do documento, as práticas corporais foram consideradas elementos comuns que retomam os conceitos antigos presentes na disciplina, baseado na higiene e nos conceitos cognitivistas:

Há três elementos fundamentais comuns às práticas corporais: movimento corporal como elemento essencial; organização interna (de maior ou menor grau), pautada por uma lógica específica; e produto cultural vinculado com o lazer/ entretenimento e/ ou o cuidado com o corpo e saúde (BRASIL, 2017, p. 211).

Ou seja, para muitos, houve um retrocesso e um distanciamento enquanto pertencente aos Códigos e Linguagens.

A EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Logo após o nascimento as crianças começam a se movimentar e, progressivamente, apropriam-se de possibilidades corporais a fim de interagir com o mundo. Através do movimento, aprendem sobre si mesmas, relacionam-se com os outros e com os objetos, além de desenvolver diferentes habilidades. O movimento é, portanto um dos recursos mais utilizados pela criança, para expressar seu pensamento e também experimentar relações com as pessoas e os objetos sua volta.

Por isso, na Educação Infantil é necessário desenvolver uma pedagogia que organize o fazer o pedagógico em torno de diferentes linguagens as quais a criança utiliza para expressar e se comunicar com o mundo que a cerca.

Ou seja, a criança se expressa principalmente movimentando seu corpo:

É com o corpo que a criança elabora todas as suas experiências vitais, e organiza toda a sua personalidade. Através dele ela percebe o mundo, e perceber o mundo é aprender (e reaprender) com seu próprio corpo; perceber o mundo, portanto, é perceber o corpo; o corpo é assim, sensação, percepção e ação (STEUCK, 2008, p. 13-14).

Bergè (1988) propôs a Pedagogia do Movimento, compreendendo que o mau desenvolvimento da expressão corporal quando criança acarreta em diferentes problemas na fase adulta, entre eles o mau relacionamento com seu próprio corpo. O movimento e a expressão corporal é uma das principais formas da criança estabelecer relações com o mundo à sua volta, apreendendo significados em seu meio sociocultural, descobrindo-se enquanto sujeito e construindo sua identidade consequentemente.

É preciso considerar que a linguagem é o principal eixo articulador do trabalho pedagógico durante a Educação Infantil. Através da linguagem a criança constrói seu próprio conhecimento, interagindo assim com o mundo. Além disso, é a partir da linguagem corporal que se estruturam as diferentes linguagens socializadas e as diferentes formas de expressão.

O corpo em movimento na infân-

cia constitui a matriz básica em que se desenvolve o aprender. Isso porque a criança transforma em símbolo tudo aquilo que ela é capaz de experimentar corporalmente, construindo assim seu pensamento. Portanto, a linguagem corporal como prática pedagógica na Educação Infantil implica a importância do movimento corporal no descobrir e construir conhecimentos (GARANHANI e MORO, 2000).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998) trouxe a expressão corporal como uma das linguagens que devem ser trabalhadas nesse período,

permitindo assim a criança a tomar consciência de si mesma, expressando e conhecendo o mundo à sua volta.

O documento, ainda traz que a exploração de diversas formas de como sentir o corpo proporciona às crianças o conhecimento de suas características, limitações e formas de expressão. Ou seja: “a riqueza de possibilidades da linguagem corporal revela um universo a ser vivenciado, conhecido, desfrutado” (AYOUB, 2001, p. 57).

Quanto às atividades motoras, Mattos e Neira (2003), explicam que essas atividades pertencem ao cotidiano das crianças, independentemente de onde elas se encontrem, ressaltando que:

O movimento, o brinquedo, os jogos tradicionais da cultura popular preenchem de alguma forma determinadas lacunas na rotina das salas de aula. Em algumas escolas podemos encontrar as músicas coreografadas no início dos trabalhos, o momento do parque livre ou dirigido, os caminhos com jogos ou materiais lúdicos (MATTOS e NEIRA, 2003, p.176).

A cultura apresenta enorme influência sobre o desenvolvimento da motricidade infantil, seja pelos diferentes significados a gestos e expressões faciais, como também pelos movimentos aprendidos no manuseio de objetos específicos como o lápis, as bolinhas de gude, a corda, o estilingue, entre outros. Os jogos, as brincadeiras, a dança e as práticas esportivas, ou seja, o lúdico na Educação infantil revela a cultura corporal de cada criança ou grupo, onde o movimento é aprendido e apresenta significado.

As escolas devem assegurar e valorizar durante o período em que as crianças se encontram nela, jogos motores e brincadeiras que contemplem a coordenação dos movimentos e o equilíbrio das crianças. Os jogos motores que contém regras também trazem a oportunidade de aprender as relações sociais, pois quando as crianças jogam, elas aprendem a competir, colaborando umas com as outras, respeitando e aprendendo novas regras.

Ou seja: “as atividades lúdicas são indispensáveis para a apreensão dos conhecimentos artísticos e estéticos, pois possibilitam o desenvolvimento da percepção, da imaginação, da fantasia e dos sentimentos” (ALMADA, 1999, p.10).

Ainda:

A brincadeira constitui o recurso privilegiado de desenvolvimento da criança em idade pré-escolar. Nela, afeto, motricidade, linguagem e percepção, representação, memória e outras funções cognitivas são aspectos profundamente interligados. A brincadeira favorece o equilíbrio afetivo da criança e contribui para o processo de

apropriação de signos sociais. Ela cria condições para uma transformação significativa da consciência infantil, por exigir das crianças formas mais complexas de relacionamento com o mundo. Através do brincar, a criança passa a compreender as características dos objetos, seu funcionamento, os elementos da natureza e os acontecimentos sociais. Ao mesmo tempo, ao tomar o papel do outro na brincadeira, ela começa a perceber as diferentes perspectivas de uma situação, o que lhe facilita a elaboração do diálo-

go interior característico de seu pensamento verbal (OLIVEIRA,1996, p.144).

O RCNEI traz a compreensão do movimento através do ponto de vista do desenvolvimento integral da criança, compreendendo os aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.

O documento traz diretrizes que sugerem novos paradigmas para a Educação Infantil em relação ao movimento. Essa nova concepção está relacionada à ampliação da cultura corporal, do significado do corpo, buscando a importância da tonicidade, da motricidade e da expressividade das crianças. No Referencial consta que:

[...] O movimento humano, portanto, é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo (BRASIL, 1998, p. 15).

O documento considera que as crianças devem assumir um papel importante, pois, mais que movimentar partes do corpo ou deslocarem-se, elas conseguem se comunicar e se expressar através de gestos e mímicas faciais. Infelizmente ainda existem muitas escolas e professores que compreendem o movimento infantil como uma forma de bagunça, desvalorizando o potencial que a criança poderia alcançar através da expressão corporal e do movimento:

[...] um grupo disciplinado não é aquele em que todos se mantêm quietos e calados, mas sim um grupo em que os vários elementos se encontram envolvidos e mobilizados pelas atividades propostas. Os deslocamentos, as conversas e as brincadeiras resultantes desse envolvimento não podem ser entendidos como dispersão ou desordem, e sim como uma manifestação natural das crianças (BRASIL, 1998, p. 19).

Ainda, a importância da motricidade na infância traz que:

... o movimento para a criança pequena significa muito mais do que mexer partes do corpo ou deslocar-se no espaço. A criança se expressa e se comunica por meio dos gestos e das mímicas faciais e interage utilizando fortemente o apoio do corpo. A dimensão corporal integra-se ao conjunto da atividade da criança. Pode-se dizer que no início do desenvolvimento predomina a dimensão subjetiva da motricidade, que encontra sua eficácia e sentido principalmente na interação com o meio social, junto às pessoas com quem a criança interage diretamente. A externalização de sentimentos, emoções e estados íntimos poderão encontrar na expressividade do corpo um recurso privilegiado (BRASIL, 1998, p.18).

Por fim, Oliveira (2011) discute o significado aos movimentos infantis, explicitando que, inicialmente a criança apresenta uma "agitação orgânica" e uma "hipertonicidade global", o que aparentemente parece uma forma de "bagunça". Aos poucos, ela vai se apropriando dos movimentos e começa a se expressar através de gestos ligados à afetividade, relacionados às emoções vivenciadas.

AULA ONLINE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Desde que a Educação a Distância (EaD) surgiu, diversos pesquisadores tentam conceituar essa modalidade de ensino, apresentando algumas concepções em geral: "A maioria das definições encontradas para EaD é de caráter descritivo, com base no ensino convencional, destacando, para diferenciá-las, a distância (espaço) entre professor e aluno e o uso das mídias" (GUAREZI e MATOS, 2012, p. 18).

A EaD possui características marcantes como a autonomia, a comunicação e os processos tecnológicos. Quanto à autonomia, o estudante a possui para definir qual o melhor horário e local para estudar. Quanto

à comunicação, alunos e professores podem estar conectados ao mesmo tempo, através de chats, chamadas de vídeo, entre outras formas, e quando não estão, a mediação pode ocorrer através de postagens na plataforma.

No caso do ensino a distância: “hoje, principalmente com as possibilidades da internet, tem priorizado, em suas metodologias, a comunicação de diversas formas: um para um, um para muitos, muitos para muitos” (GUAREZI e MATOS, 2012, p. 90).

Do ponto de vista legal, de acordo com Costa (2017), essa modalidade de ensino foi regulamentada pelo Decreto nº 5.622/ 2005, pelo Ministério da Educação, que regulamentou o Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) trazendo que: “O poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.”

O Decreto em seu Artigo 1º caracteriza a EaD como: “Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de comunicação e informação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”.

Assim, devemos considerar que o estudante quando participa e interage com o docente através do uso das TIC’s, acaba aprendendo, mesmo que de forma não presencial.

No caso da Pandemia ocorrida no ano de 2020, as escolas tiveram a necessidade de ampliar o ensino a distância para a Educação Básica a fim de garantir a saúde e a integridade de todos os indivíduos.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), já previa a possibilidade de ocorrer o ensino a distância em casos de emergência. Os Conselhos de Educação de vários Estados se manifestaram a fim de regulamentar e amparar as escolas que optaram por continuar suas atividades pedagógicas de maneira remota.

No início, a Educação Básica precisou se adaptar às novas formas de ensinar. A adoção de atividades não presenciais, apoiadas pelo uso de ferramentas como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), têm se mostrado como um possível caminho para minimizar as perdas causadas devido ao isolamento social.

Primeiramente existe um abismo, que já existia entre o ensino da escola pública e o ensino da escola particular. Em termos de tecnologias de aprendizagem, podemos destacar que as escolas particulares tem um maior domínio em relação às TICS e que logo que se iniciou o isolamento social elas se prepararam e prepararam seus professores para ministrar aulas online. O que infelizmente não ocorreu em muitas das escolas públicas.

No caso da Educação Infantil, a situação ficou ainda pior, pois, muitas das redes não conseguiram definir uma forma de se trabalhar com a EaD, onde professores têm disponibilizado aulas pelo whatsapp ou por outras plataformas, enviando às crianças atividades como brincadeiras, experimentos, atividades lúdicas, recaindo em um processo bastante limitado e o que se tem visto é que esta fase da Educação Básica tem ficado esquecida.

Muitos estudiosos têm questionado inclusive que o ensino online não pode ser visto como uma educação a distância uma vez que não consegue contemplar todas as exigências desta categoria de ensino.

Ou seja, até que ponto essa forma de ensino tem se mostrado inclusiva? Ou pode-se dizer que ela é excludente? Por isso as Políticas Públicas e os governantes precisam repensar nesse tipo de ensino principalmente no tocante às escolas públicas, uma vez que boa parte da população não consegue

ter acesso a esse tipo de ensino, deixando essas crianças com menos perspectivas em relação a aprendizagem.

Ainda na Educação Básica, no contexto educacional em que estamos vivendo no Brasil hoje em dia, não podemos falar em autonomia dos estudantes, sem discutirmos o tipo de ensino apresentado no momento. A concepção de autonomia veio se modificando ao longo dos anos, mas ainda atende às novas necessidades principalmente pela evolução dos recursos tecnológicos.

Deve-se levar em consideração que ainda existem muitas deficiências no sistema educacional brasileiro reconhecendo que a qualidade do ensino, tanto pública como privada em todos os níveis é, na maioria dos estabelecimentos, muito deficiente.

Por isso, no caso da disciplina de Educação Física é preciso diversificar as atividades, principalmente para a Educação Infantil, priorizando neste caso o corpo em movimento, para que a criança conceba o entendimento de corpo, saúde e mente, respeitando seus limites e os dos outros. Vídeos explicativos, danças, jogos, músicas, entre outras atividades, podem contribuir para desenvolver essa habilidade em tempos de pandemia.

3. CONCLUSÃO

Pensando nas questões políticas e sociais da sociedade brasileira, a disciplina de Educação Física vem buscando reflexão sobre os processos de transformação da educação escolar, principalmente agora em tempos de Pandemia, o que de certa forma representa um grande avanço para a área como um todo.

No caso da BNCC, apesar de na teoria se dizer plural e buscar pela equidade e superação das injustiças sociais, na realidade se tornou um documento voltado para as instituições privadas, para o desenvolvimento de competências, para o mercado de trabalho, distanciando os alunos de uma formação mais democrática, o que para muitos estudiosos representou um retrocesso para a educação em geral.

Em relação ao momento atual, surge o questionamento em como garantir a educação dos alunos em tempos de pandemia. Apesar dos esforços dos inúmeros docentes que tem

ministrado aulas online, é preciso repensar nas práticas uma vez que ainda muitos alunos não têm acesso, principalmente aqueles de famílias de baixa renda.

Ainda, outro ponto é que ao que tudo indica, o ensino online que presa tanto à inclusão está excluindo mais que incluindo. Quantas crianças encontram-se afastadas das escolas, e ainda não tem recursos. Por isso, o profissional de Educação Física deve tentar garantir ao máximo a inclusão desses estudantes, trazendo suas práticas de dentro para fora da sala de aula, a fim de diminuir distâncias.

REFERÊNCIAS

ALMADA, D. Arte: esta brincadeira é coisa séria. Revista Criança do Professor de Educação Infantil. Brasília: Ministério da Educação, n.32, 1999.

AYUOB, E. Reflexões sobre a Educação Física na Educação Infantil. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, vol. 4, n. 4, p. 53-60, 2001.

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, São Paulo, ano 1,

n. 1, p. 73-81, 2002. Disponível em: http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1363/1065. Acesso em: 8 nov. 2020.

BOSCCATO, J.D.; IMPOLCETTO, F.M.; DARIDO, S.C. A Base Nacional Comum

Curricular: uma proposição necessá-

ria para a Educação Física? Motrivivência, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 96-112, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, 2ª. versão. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial, Brasília, 2 dezembro 2003.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003 – Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, Brasília, 1 setembro 1998.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003 – Dispensa das aulas de Educação Física. Diário Oficial, Brasília, 2 dezembro, 2003.

BRASIL. Lei nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º. de maio de 1943, e o Decreto- -Lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015- 2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: Imprensa Oficial, v.7, 1997. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Terceira versão da BNCC: retrocesso político e pedagógico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE /CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, XX/VII, 2017, Goiânia. Anais... Goiânia: [s.n.], 2017, p. 1-6.

Disponível em: http://www.gpef.fe.usp.br/teses/marcos_38.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

COSTA, A.R. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: Concepções, histórico e bases legais. Revista Científica da FASETE 2017.1 | 59.

COSTA, G.C. Educação Física e os temas transversais nos PCNS: A possível formação do cidadão. In.: III ENEFEFE – Encontro fluminense de Educação Física Escolar. Niterói: Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: < http://cev.org.br/biblioteca/educacao-fisica-e-os-temas-transversais-nos-pcns- apossivel-formacao-do-cidadao/ > Acesso em: 15 nov. 2020.

FERREIRA, M, S. Aptidão física e saúde na educação física escolar: ampliando e enfoque. Rev Bras Cienc Esp, 2011.

GALLAHUE, D.; DONELLY, F.C. Educação Física Desenvolvimentista para todas as crianças. 4ª edição. Phorte. 2001.

GARANHANI, M.C.; MORO, V.L. A escolarização do corpo infantil: uma compreensão do discurso pedagógico a partir do século XVIII. Educar em Revista, Curitiba, n. 16, p.109-119, 2000.

GUAREZI, R.C.M.; MATOS, M.M.. Educação à distância sem segredos. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MATTOS, M.G.; NEIRA, M.G. O papel do movimento na Educação Infantil. IN NICOLAU, Marieta Lúcia Machado e DIAS, Marina Célia Moraes (org.) Oficinas de So-